

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.831 - RJ (2019/0153615-6)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : JOSE RAMA MARTINEZ  
ADVOGADOS : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA - DF019640  
WELINGTON DUTRA SANTOS - RJ155434  
AGRAVADO : UNIÃO

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. EXECUÇÃO DE TÍTULO ORIUNDO DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DOS SERVIDORES ASSOCIADOS. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.*

1. Agrava-se Recurso Especial interposto por JOSÉ RAMA MARTINEZ, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, interposto contra acórdão do TRF da 2a. Região, nos termos da seguinte ementa:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. ILEGITIMIDADE. RECURSO DA EXECUTADA PROVIDO.*

1. *Hipótese de agravo de instrumento em face de decisão que determinou o prosseguimento da execução pelo valor de R\$ 546.649,24 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos), atualizado até dezembro de 2015, por considerar que houve concordância expressa do exequente com o valor proposto pelo Agravado.*

2. *Em se tratando de ajuizamento de execução individual de título judicial formado em ação coletiva, a jurisprudência tem se posicionado no sentido de que os limites subjetivos do título judicial, formado em ação proposta por associação, são definidos pela comprovação de filiação ao tempo da propositura da ação principal, sendo, portanto, imprescindível essa demonstração. (STF, Primeira Turma, Repercussão geral no RE 612.043, Tema 499, Rei. Ministro MARCO AURÉLIO, DJE 6.10.17, maioria).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. *Por não haver distinção qualitativa na natureza da representação exercida pelas associações nos mandados de segurança coletivos e ações ordinárias coletivas, deve ser aplicado o entendimento proferido no RE 612.043 (Tema 499). Ou seja, faz-se necessária prova de filiação de associado da parte exequente também quando a ação originária tratar-se de mandado de segurança.*

4. *Em suma, o fato de haver legitimação extraordinária da Associação para o mandado de segurança coletivo, embora leve à dispensa de autorização para propor a ação NÃO LEVA à ampliação da coisa julgada a toda a categoria porque isso somente seria possível na hipótese de legitimação extraordinária de Sindicato, onde a categoria é pelo mesmo representada integralmente." (TRF2, Oitava Turma Especializada, AG 0011365-63.2017.4.02.0000, Rei. Des. Federal MARCELO PEREIRA DA SILVA, e- DJF2R 09/01/2018, maioria).*

5. *O agravado acostou ao feito principal declaração, datada de 10/12/2015, indicando que é sócio da Associação de Oficiais Militares Estaduais do Rio de Janeiro - AME/RJ, objetivando a implantação da Vantagem Pecuniária Especial/VPE no contracheque, não restando comprovado que sua associação ocorreu até a data do ajuizamento do Mandado de Segurança Coletivo de 0016159-73.2005.4.02.5101, qual seja, 12.8.2005, quando distribuído ao Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.*

6. *É necessária a liquidação da sentença condenatória genérica, em consonância com o art. 98, § 1o do CDC que menciona como documento necessário à instrução da execução coletiva a certidão da sentença de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado. Precedente desta Turma.*

7. *Recurso da União provido, para reformar a decisão recorrida e reconhecer a ilegitimidade da agravada, declarando de ofício a extinção da execução, fixando honorários de sucumbência de 2% sobre o valor da execução (R\$ 860.497,28) (fls. 63/64).*

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 134/137).

3. Nas razões do seu Apelo Especial, além de dissídio

jurisprudencial, sustenta a parte agravante violação dos arts. 17, 18, 322, §2o., 492, 509, §2o., 524, §4o., 506 do CPC, 21, 22 da Lei 12.016/09, 97, 98 do CDC, ao argumento de que a legitimação extraordinária contida no mandado de segurança coletivo abarca a totalidade dos associados, independentemente do momento da filiação dos sócios.

4. O Ministério Público Federal deixou de se manifestar.

5. É o relatório.

6. O cerne da controvérsia reside em saber se a parte possui legitimidade ativa para o ajuizamento da execução individual de sentença firmada em Mandado de Segurança Coletivo.

7. Inicialmente, importa salientar que a impetração de Mandado de Segurança coletivo por entidade associativa não exige a obrigatoriedade de apresentação da lista dos filiados nem da autorização expressa deles; uma vez que tais exigências são aplicáveis somente às ações submetidas ao rito ordinário, ante a expressa previsão contida no art. 2o.-A da Lei 9.494/1997.

8. Tal entendimento se encontra em harmonia com a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, ao afirmar que *o dispositivo constitucional do art. 5o, LXX, b da CF, não prevê como requisito a exigência de autorização expressa dos associados para a impetração coletiva, seja pelo sindicato, entidade de classe ou associação* (MS 31.299/DF, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 1o.9.2016).

9. Ilustrando tal entendimento, o seguinte precedente:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. MANDANDO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. ART. 5o., LXX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DISPENSABILIDADE DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA E RELAÇÃO*

NOMINAL DOS ASSOCIADOS. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. SÚMULA 629/STF. OBJETO DO WRIT. DIREITO COMUM DOS ASSOCIADOS OU DE PARTE DELES. SÚMULA Nº 630/STF. LIMITES SUBJETIVOS DA DECISÃO. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA SEGURANÇA AOS ASSOCIADOS FILIADOS APÓS A IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL NO RE 612.043/PR. CASO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. ART. 5º., XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS ASSOCIADOS OU DA ASSEMBLÉIA E LISTA NOMINAL DOS REPRESENTADOS. ART. 2º.-A, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.494/97. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. *O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 612.043/PR sob o regime de repercussão geral, firmou a tese de que "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento". Esse entendimento diz respeito apenas aos casos de ação coletiva ajuizada sob o rito ordinário por associação quando atua como representante processual dos associados, segundo a regra prevista no art. 5º., XXI, da Constituição Federal, hipótese em que se faz necessária para a propositura da ação coletiva a apresentação de procuração específica dos associados, ou concedida pela Assembléia Geral convocada para este fim, bem como lista nominal dos associados representados.*

2. *No presente caso, contudo, o processo originário é um mandado de segurança coletivo impetrado por associação, hipótese de substituição processual prevista no art. 5º., LXX, da Constituição Federal, na qual não se exige a apresentação de autorização dos associados e nem lista nominal para impetração do writ, ou seja, trata-se de situação diversa da tratada no RE 612.043/PR (representação processual), razão pela qual referido entendimento não incide na espécie.*

3. *Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal, o mandado de segurança coletivo configura hipótese de substituição processual, por meio da qual o impetrante, no caso a associação agravada, atua em nome próprio defendendo direito alheio, pertencente a todos os associados ou parte deles, sendo desnecessária*

*para a impetração do mandamus apresentação de autorização dos substituídos ou mesmo lista nominal. Súmulas 629 e 630/STF.*

4. *Desta forma, os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo beneficia todos os associados, ou parte deles cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada no decisum, sendo irrelevante se a filiação ocorreu após a impetração do writ. Precedentes.*

5. *Agravo interno não provido (AgInt no AgInt no AREsp. 1.187.832/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 20.6.2018).*

10. Destaca-se que o mesmo entendimento foi confirmado pela Primeira Turma desta Corte, no julgamento do AREsp. 1.126.330/DF, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 23.11.2018. Eis a ementa do julgado:

*PROCESSUAL CIVIL. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. FORO DO DOMICÍLIO DO BENEFICIÁRIO. POSSIBILIDADE. RELAÇÃO NOMINAL E AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS ASSOCIADOS. DESNECESSIDADE.*

1. *Para a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade associativa não há obrigatoriedade de apresentação da lista dos filiados nem da autorização expressa deles, exigências aplicáveis somente às ações submetidas ao rito ordinário.*

2. *O art. 2o.-A da Lei 9.494/1997 não se aplica ao mandado de segurança coletivo.*

3. *A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo [...] Finalmente, a impetrante ressalta que a Lei 11.323/05, que acrescentou o art. 475-P ao CPC/73, (...) franqueou ao vencedor optar, para o pedido de cumprimento de sentença, pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado (art. 475-P, parágrafo único, do CPC) (REsp 1.243.887/PR, repetitivo, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 12.12.2011).*

4. *Hipótese em que o recurso fazendário encontra óbice na Súmula 83 do STJ, porquanto o fato de algum exequente não constar da relação de filiados apresentada pela FENACEF no mandamus coletivo ou não ser aposentado ou pensionista na data da impetração do mandado de segurança ou de sua sentença não é óbice para a execução individual do título executivo.*

5. *Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp. 1.126.330/DF, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 24.9.2018).*

11. Com efeito, resta evidente que o acórdão não se alinha à diretriz desta Corte Superior de que, não havendo limitação expressa dos seus limites subjetivos, *há legitimidade ativa do associado para execução do título judicial, formado em Mandado de Segurança Coletivo, ainda que seu ingresso na associação se dê após a impetração do mandamus* (REsp. 1.782.053/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 9.4.2019).

12. A esse respeito, convém a transcrição dos seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. COISA JULGADA. LIMITES SUBJETIVOS. OBSERVÂNCIA.*

1. *No julgamento do RE 573.232/SC, realizado sob a sistemática da repercussão geral, o STF reconheceu que, de acordo com o art. 5o., LXX, b, da CF, para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados, as associações prescindem de autorização expressa, que somente é necessária para ajuizamento de ação ordinária, nos termos do art. 5o., XXI, da CF, restando decidido que, naquela hipótese, as associações atuam como substituto processual, e nesta última, como representante dos associados.*

2. *O STJ já se manifestou no sentido de que os sindicatos e as associações, na qualidade de substitutos processuais, têm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representam, por isso, caso a sentença do writ coletivo não tenha uma delimitação expressa dos seus limites subjetivos, a coisa julgada advinda da ação coletiva deve alcançar todas as pessoas da*

*categoria, e não apenas os filiados.*

3. *Hipótese em que, no título exequendo, esta Corte acolheu embargos de divergência opostos pela Associação para que a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei 11.134/05, seja estendida aos servidores do antigo Distrito Federal em razão da vinculação jurídica criada pela Lei 10.486/2002, não havendo qualquer limitação quanto aos associados da então impetrante.*

4. *Acolhidos os embargos de divergência, nos moldes do disposto no art. 512 do CPC/1973 (vigente à época da prolação do aresto), deve prevalecer a decisão proferida pelo órgão superior, em face do efeito substitutivo do recurso.*

5. *Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp. 1.254.080/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 7.2.2019).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. TÍTULO FORMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. FILIAÇÃO NA ENTIDADE ASSOCIATIVA À ÉPOCA DA IMPETRAÇÃO. DESNECESSIDADE. POLICIAL MILITAR. ADICIONAL DE LOCAL DE EXERCÍCIO (ALE). DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º., 3º. E 4º. DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE.*

1. *Conforme pacífico entendimento jurisprudencial do STJ, há legitimidade ativa do associado para execução do título executivo judicial, formado em Mandado de Segurança Coletivo, ainda que seu ingresso na associação se dê após a impetração do mandamus.*

2. *O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no writ, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do CPC/1973, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(REsp. 1.151.873/MS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 23.3.2012).

3. *Nas causas em que é parte a Fazenda Pública, para a fixação de honorários nos termos do art. 85 do CPC/2015, é imprescindível a aplicação inicial dos §§ 3o. e 4o., recorrendo-se, subsidiariamente, ao § 8o. apenas na hipótese de proveito econômico irrisório ou de valor da causa muito baixo.*

4. *Agravo em Recurso Especial não conhecido e Recurso Especial provido para reformar o acórdão recorrido fixando como termo inicial dos juros de mora a data em que a autoridade coatora foi notificada no Mandado de Segurança Coletivo 0029622-82.2011.8.26.0053 e determinando que os honorários advocatícios de sucumbência sejam arbitrados na fase de liquidação do julgado, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 85, §§ 2o., 3o. e 4o. do CPC/2015 (REsp. 1.792.376/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 22.4.2019).*

13. Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao Recurso Especial do Particular, reconhecendo a sua legitimidade ativa para promover a execução e determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo*, a fim de que dê prosseguimento ao feito, julgando-o como entender de direito.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR